



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 39

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se nos dias 12, 14 e 20 de Abril do ano em curso, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 12 de Abril:

Veto ao Projeto n.º 4.245, de 1954, na Câmara dos Deputados e n.º 31, de 1955, no Senado Federal, que dispõe sobre a realização de concurso de títulos para Inspectores Interinos do Trabalho.

Dia 14 de Abril:

Veto ao Projeto n.º 3.922, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 249, de 1954, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio nacional.

Dia 20 de Abril:

Veto ao Projeto n.º 1.430, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 231, de 1954, no Senado Federal, que regula a contribuição devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Senado Federal, 17 de Março de 1955

NEREU RAMOS
Vice-Presidente no exercício
da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

- 1 — Nereu Ramos — Presidente.
 - 2 — Gomes de Oliveira — 1.º Secretário
 - 3 — Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário
 - 4 — Carlos Lindenberg — 3.º Secretário
 - 5 — Ezechias da Rocha — 4.º Secretário
 - 6 — Maynard Gomes — 1.º Suplente
 - 7 — Prisco dos Santos — 2.º Suplente
- Secretário — Luiz Nabuco Diretor Geral da Secretaria.

Constituição e Justiça

- 1 — Cunha Mello — Presidente
- 2 — Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente
- 3 — Armando Câmara
- 4 — Atílio Vivacqua
- 5 — Benedito Valadarez
- 6 — Daniel Krieger
- 7 — Gilberto Marinho
- 8 — Jarbas Maranhão

- 9 — Kerginaldo Cavalcanti
 - 10 — Lourival Fortes
 - 11 — Ruy Palmeira
- Secretário: João Alfredo Rivasco de Andrade.
- Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

De Economia

- 1 — Fernandes Távora — Presidente.
- 2 — Juracy Magalhães — Vice-Presidente.
- 3 — Júlio Leite.
- 4 — Sá Tinoco.
- 5 — Lima Teixeira.
- 6 — Tarciso Miranda.
- 7 — Alô Guimarães.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões. Terças-feiras, às 16 horas.

Educação e Cultura

- Presidente — Senador Lourival Fortes.
- Vice-Presidente — Senador Jarbas Maranhão.
- Senador Sylvio Curvo.
- Senador Apolônio Sales.
- Senador Bernardes Filho.
- Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.
- Secretário: Marília Pinto Amando.

Serviço Público Civil

Presidente: Prisco dos Santos.

Vice-Presidente: Kerginaldo Cavalcanti.

Vivaldo Lima.

Ary Viana.

Armando Câmara.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quintas-feiras às 15 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novais Filho — Presidente

Flinto Muller — Vice-Presidente

Neves da Rocha

Colimbra Bueno

Ary Viana

Secretário — Francisec Soares Arruda

Reuniões — às quintas-feiras, às 15 horas

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente

Cezar Vergueiro — Vice-Presidente

Alberto Pasqualin.

Vitorino Freire

Parsifal Barrozo

Mathias Olympio

Juracy Magalhães

Lino de Matos

Júlio Leite

Dinarte Mariz

Domingos Velasco

Othob Mader

Novaes Filho

Paulo Fernandes

Flinto Muller

Reuniões às quartas-feiras, às 10 horas.

Secretário ad hoc — Renato Chermont

Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente

Othon Mader — Vice-Presidente.

Guilherme Malaquias.

João Arruda

Lino de Matos

Ruy Carneiro

Sebastião Archer

Secretário "ad-hoc" — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quintas-feiras às 11 horas

Redação

- 1 — Júlio Leite — Presidente
- 2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente
- 3 — Alô Guimarães
- 4 — João Vilasboas
- 5 — Saulo Ramos

Secretário — Cecília de Rezende Martins

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente
Gilberto Marinho
Lourival Fontes
Ruy Palmeira
Auro Moura Andrade
Mathias Olympio
Secretário: J. B. Castejon Branco
Reunião — segundas-feiras.

Saúde Pública

1 — Silvio Curvo — Presidente
2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente
3 — Guilherme Malaquias
4 — Leôidas de Melo
5 — Pedro Ludovico
Secretário — Cecília de Rezende
Martins

Segurança Nacional

1 — Onofre Gomes — Presidente
2 — Calado de Castro — Vice-Presidente
3 — Magalhães Barata
4 — Gilberto Marinho
5 — Abílio Curvo.
Secretário: João Alfredo Ravasco de Andrade.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

5.ª REUNIAO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1955

Sob a presidência do Sr. Nereu Ramos, Presidente, presentes os Srs. Gomes de Oliveira, 1.º Secretário, Freitas Cavalcanti, 2.º Secretário, Carlos Lindenberg, 3.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário, Maynard Gomes, 1.º Suplente, e Prisco dos Santos, 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

O Sr. 3.º Secretário apresenta parecer favorável, que é aprovado pela Comissão, ao Requerimento n.º 7-55, em que Marcos José Lisboa de Oliveira, Diretor de Serviço, solicita um ano de licença especial.

Segue-se com a palavra o Sr. 4.º Secretário que se pronuncia sobre a consulta da Diretoria de Contabilidade relativa ao pagamento de trabalho extraordinário.

A Comissão concorda com o Relator que entende não haver dúvida na interpretação do art. 32 da Resolução n.º 4-55, cabendo, apenas, ao Sr. Vice-Presidente do Senado, ordenar a despesa, nos termos do art. 28, letra d, do Regimento Interno.

Por último, o Sr. 1.º Secretário declara estar em condições de se manifestar sobre a consulta da Diretoria de Contabilidade, referente à aplicação do abono ao pessoal da Casa.

A Comissão, porém, resolve convocar para o dia imediato uma reunião especial a fim de tratar do assunto e passa a deliberar sobre as promoções.

Em virtude do adiantado da hora, fica adiada a matéria, devendo a Comissão de Promoções apresentar listas completas, separadamente, para cada um dos níveis.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luiz Nabuco, Diretor Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

Comissão de Constituição e Justiça

1.ª REUNIAO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1955

Aos 22 dias do mês de março de 1955, às 10 horas, na sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Cunha Mello Presidente, Argemiro Figueiredo, Gilberto Marinho, Kerginaldo Cavalcanti, Lourival Fontes, Benedito Valadares e Ruy Palmeira, deixando de comparecer, com causa justificada os Srs. Senadores Daniel Kriegeer, Armando Camara, Atílio Vivacqua e Jarbas Maranhão, reúne-se esta Comissão Permanente.

E' lida e aprovada sem reclamações a ata da reunião anterior. Não houve expediente a despachar.

Antes de dar início aos trabalhos, o Sr. Presidente, em breve alocução, agradece aos seus pares, a confiança nele depositada elegendo-o para o honroso cargo de Presidente deste Órgão técnico, comprometendo-se a tudo fazer pelo seu engrandecimento e prestígio que importa, em última análise, no do Senado Federal.

O Sr. Senador Argemiro Figueiredo, Vice-Presidente, faz suas as palavras do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

— Ao Sr. Senador Jarbas Maranhão, a Indicação n.º 1, de 53, que "indica com fundamento nos artigos 104 e 106 do Regimento Interno, manifeste-se a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, sobre que se deverá entender por — desapropriação por interesse social;

— do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1954, que "regula o disposto na letra a n.º I do artigo 140 da Constituição da República";

— do Projeto de Lei do Senado n.º 38, de 1954, que "exonera o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro de pagamento do laudêmio e de foros respectivos devidos em virtude da aquisição e manutenção de posse do terreno de Marinha, situado na avenida Churchill n.º 97";

— do Projeto de Lei do Senado n.º 74, de 1954, que "declara a exata aplicação do art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias";

— Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1955, que "dispõe sobre a aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios;

— do Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1954, que "dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências;

— Ao Senador Lourival Fontes da Mensagem n.º 84, de 1955, que "encaminha a Convenção Constitutiva da União Latina";

— da Mensagem n.º 85, de 1955, que "encaminha o Protocolo de Emenda ao Acórdão relativo a repressão da circulação de publicações obscenas, assinado em Paris";

— da Mensagem n.º 90, de 1955, que "acompanha o Protocolo de Emenda ao Acórdão Internacional que visa garantir uma proteção contra o tráfico conhecido pelo nome de tráfico de brancas";

— Ao Sr. Senador Gilberto Marinho, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 1954, que "aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento de Correios e Telégrafos e a firma construtora Ecra Ltda.

— Ao Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti, do Projeto da Lei do Senado n.º 28, de 1954, que dispõe sobre a denominação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e dá outras providências.

— Ao Sr. Senador Ruy Palmeira, do Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 1955, que proíbe a instalação de fábricas de borracha sintética no Brasil e dá outras providências.

— Do Projeto de Lei da Câmara, n.º 52, de 1955, que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Lavinia Rodrigues Fernandes Chaves.

— Do Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1955 que concede pensão especial de Cr\$ 2.400,00 mensais a Corina da Rocha Paraiso Godinho.

— Avoca o Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1955 que dispõe sobre os ágios mínimos ou sobretaxas de câmbio a que se refere o artigo 9.º do § 1.º da Lei n.º 2.145, de 1953.

Prosseguindo nos trabalhos para relatar as proposições constantes da pauta, o Sr. Presidente concede a palavra, respectivamente, aos Senhores Senadores:

— Argemiro Figueiredo, que dá parecer favorável à Consulta da Comissão Diretora sobre pagamento de gratificação por dois períodos consecutivos de convocação extraordinária, que é aprovado e assinado;

— ao Sr. Lourival Fontes, que oferece pareceres favoráveis às Mensagens ns. 4 e 5, de 1955, que, respectivamente, submete à consideração desta Casa a Convenção de Conciliação e solução judicial, firmada pelo Brasil e a Itália, e encaminha às Convenções concluídas, em Genebra sob os auspícios do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, que concluem pela sua constitucionalidade e na forma regimental pela apresentação dos respectivos projetos de Decreto legislativo, pareceres que são aprovados e assinados;

— o Sr. Presidente relata os projetos de lei do Senado ns. 3 de 1952 e 29 de 1953 que, respectivamente, altera o art. 18 da Lei n.º 1.360 de 12-12-50, sobre inquilinato, para vetar despejo também dos imóveis ocupados por repartições públicas, e dispõe sobre a aplicação do art. 64 da Constituição Federal, e conclui pela inconstitucionalidade de ambos pareceres que são aprovados e assinados.

Continuando com a palavra relata o projeto de lei da Câmara n.º 2, de 1954, que retifica a Lei n.º 1.757 de 10-12-52, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1953, concluindo pela sua rejeição dada a decorréncia do prazo da lei que a proposição procura modificar.

Também se manifesta, pela rejeição do Requerimento n.º 22, de 1954, que solicita seja ouvido o Plenário no sentido do Senado transmitir ao Sr.

Helvino Lima mensagem comemoratória pelo êxito das comemorações do tri-centenário da reestauração pernambucana, dada a sua extemporaneidade, parecer que é aprovado e assinado, e, finalmente, opina pelo arquivamento do ofício n.º 8-53, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando, para os efeitos do artigo 64 da Constituição, notas taquigráficas e Acórdão daquele Tribunal sobre declarações de inconstitucionalidade de dispositivos do Decreto-lei n.º 5.844, de 23-9-43, de vez que, o art. 24, § 1.º do Decreto-lei citado, reproduzido na Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, está revogado pela Lei n.º 986, de 20 de dezembro de 1949.

Nada mais havendo a tratar, às 11:45 horas, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Oradores inscritos para a 7.ª Sessão em 24-3-55

- 1.º Senador Novaes Filho.
- 2.º Senador Freitas Cavalcanti.
- 3.º Senador Carlos Lindenberg.

4.º Senador Domingos Velasco.
5.º Senador Lima Teixeira.
6.º Senador Leônidas Melo.
7.º Senador Ruy Palmeira.
8.º Senador Caiado de Castro.

ATA DA 6.ª SESSÃO DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 23 DE MARÇO DE 1955.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NEREU RAMOS E EZECHIAS DA ROCHA.

As 14 horas e 30 minutos aham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Melo — Prisco dos Santos — Magalhães Eadara — Mathias Olympio — Leônidas Melo — Onofre Gomes — Dinarte Matriz — João Arruda — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Sales — Novaes Filho — Ezechias da Rocha — Freitas Cavalcanti — João Leite — Maynard Gomes — Neves Magalhães — Lima Teixeira — Carlos Lindenberg — Ari Viana — Sá Tinoco — Paulo Fernandes — Tarcisio Miranda — Guilherme Malaquias — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Lúcio Bittencourt — Cesar Vergueiro — Lino de Matos — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Filinto Müller — Alô Guimarães — Gomes de Oliveira — Nereu Ramos — Saulo Ramos — Alberto Pasqualini — Daniel Krieger — Armando Câmara. — (42).

O SR. PRESIDENTE:

Aham-se presentes 42 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. NEVES DA ROCHA:

(Servindo de 1.º Secretário), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Ezechias da Rocha, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nereu Ramos.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Servindo de 2.º Secretário), lê o seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

— Dos Srs. Ministros da Fazenda e Trabalho, encaminhando, respectivamente, as seguintes

Informações:

Em 19 de março de 1955

Senhor 1.º Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 108, de 18 de fevereiro último, com o qual V. Ex.ª solicita informações sobre o Requerimento n.º 78, de 1955, do Sr. Senador Lima Teixeira, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª cópias dos esclarecimentos prestados a respeito pelo Banco do Brasil S. A.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Eugênio Gudin.

Banco do Brasil S. A.

Ref.: CRECO 55-1.

Rio de Janeiro (DF), 7 de março de 1955.

Exmo. Sr.

Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda:

1 — A propósito do anexo expediente n.º 37.870, de 18 de fevereiro de 1955, com que esse Ministério nos encaminha o Requerimento de Informações n.º 78-55 de S. Ex.ª o Senhor Senador Lima Teixeira, cumpre-nos dizer o seguinte:

2. Ainda não instalou este Banco nenhum dos escritórios de financiamento direto aos produtores, de que

trata o art. 3.º do Regulamento da nossa Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. O assunto que é bastante complexo e interessa também a outras de nossas Carteiras, como a de Crédito Geral, vem, todavia, merecendo cuidadoso estudo de nossa parte, e a respeito estamos promovendo amplo inquérito entre as nossas Agências.

3. Entretanto, para melhor difusão da assistência dispensada aos produtores, nos municípios onde ainda não temos Agência, vimos-nos valendo, com resultados satisfatórios, de cooperativas de crédito e mistas de produção e crédito. No exercício anterior, concedemos, por intermédio de tais cooperativas, créditos no montante aproximado de Cr\$ 40.000.000,00 a cerca de 2.400 produtores.

4 — De empréstimos fundiários (incisos I e II do art. 12.º do supracitado Regulamento) destinados à aquisição da pequena propriedade rural e de pequenas áreas ou minifúndios antieconômicos anexos a imóvel rural já em exploração, deferimos, desde 1952, ano em que aquele Regulamento foi aprovado pelo Ministério da Fazenda, o total de aproximadamente Cr\$ 4.407.000,00 distribuído pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal.

5 — O prazo de resgate desses empréstimos, máximo de 15 anos, é fixado em função da capacidade de pagamento dos interessados, estimada pelos prováveis rendimentos líquidos anuais das suas explorações rurais, considerados outros compromissos legítimos que tenham de ser atendidos com os mesmos rendimentos líquidos. Dentro desse critério, é estabelecida a obrigatoriedade de amortizações periódicas, quando o prazo for superior a um ano.

6. Quanto aos financiamentos de que trata o § 6.º do art. 14.º do Regulamento — destinados à aquisição de áreas rurais em condições adequadas à divisão em pequenas glebas, para venda a associados de cooperativas tradicionalmente e idôneas, que se obriguem a exercer direta e pessoalmente a respectiva exploração — informamos que não têm despertado maior interesse daquelas sociedades, provavelmente porque preferem os cooperados entender-se a respeito diretamente com o Banco. Apenas uma ou duas cooperativas nos submeteram propostas do gênero, ora em estudos.

7. Restituindo apenso, o referido expediente, e encaminhando segunda via deste ofício, valemo-nos do ensejo para reiterar a V. Ex.ª nos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Pelo Banco do Brasil S. A. — Clemente Mariani, Presidente.

Ao Requerente.

Em 22 de março de 1955

Sr. Secretário.

1. Atendendo ao solicitado no Ofício n.º 18, de 15 de janeiro do corrente ano, dessa Casa, referente ao Requerimento n.º 10-55, de autoria do Sr. Senador Atílio Vivacqua, que solicita informações sobre o "Plano Klein & Sacks", tenho a honra de remeter a V. Ex.ª, por cópia e em anexo, os esclarecimentos prestados pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, deste Ministério, bem como um exemplar do relatório daquela Missão.

2. Outrossim, informa a V. Ex.ª, que esta Secretaria de Estado não possui maiores detalhes sobre o referido plano, sugerindo, por tanto, de acordo com o que foi dito pelo representante deste Ministério junto à Comissão do Desenvolvimento Industrial, seja ouvido o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, que melhor dirá a respeito. Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Napoleão de Alencastro Guimarães.

ESQUEMA DE COLABORAÇÃO TÉCNICA COM A COFAP CAUSAS DA ELEVACÃO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

1. Causas que não decorrem de manipulação do mercado (responsabilidade predominante do Governo).

1. 1 Inflação:

a) aumentos políticos de salários;
b) excessos de despesas e investimentos públicos, inclusive nos organismos paralelos (falta de hierarquização nas nossas despesas e investimentos, a fim de cortar os gastos menos necessários, e ausência de unidade na política orçamentária).

1. 2 Deficiência de transportes e, especificamente de carros de refrigeração.

1. 3 Deficiência de armazenagem e de outros serviços como os de preparação de mercadorias (processos de conservação, empacotamento mecânico, enlatamento etc.).

1. 4 Acumulação excessiva de impostos e taxas sobre as mercadorias, até alcançarem os centros consumidores.

1. 5 Taxas de juros excessivamente altas para financiamento.

1. 6 Desenvolvimento econômico. Industrialização. Deslocamento das populações rurais para os centros urbanos.

2. Causas ligadas à manipulação de mercado (responsabilidade predominante de particulares).

2.1 Especulação favorecida por "pools" e cartéis governamentais ou particulares que dominam, direta ou indiretamente, um sistema fraco e antiquado de varejo. Excesso de intermediários.

1. MEDIDAS DE COMBATE AS CAUSAS QUE NÃO DECORREM DE MANIPULAÇÃO DE MERCADO.

1. 1 Inflação.

a) O combate à inflação deve ser feito com medidas de austeridade nas despesas públicas estatais e paraestatais e da supressão, tanto quanto possível, de todos os investimentos governamentais ou paragovernamentais que não se destinem a transportes, energia e armazenagem.

b) quando não há pressão política, o aumento de preços, em regra, precede o aumento de salários, mas é evidente que o aumento de salário mínimo no Brasil foi muito além da elevação da curva de preços. O seu efeito sobre os preços dos gêneros alimentícios tende a ser muito grande, uma vez que as pessoas de mais baixo nível de renda gastam a maior parte das suas receitas em alimentos. Uma política de esclarecimento social, no sentido de conter a elevação contínua de salários, precisa ser feita pelo Ministério do Trabalho.

1. 2 Deficiência de transportes.

As medidas para corrigir imediatamente, ou a longo prazo, as deficiências de transportes, terrestres, fluviais e marítimos, estão previstas no relatório Klein & Sacks e nas recomendações da 9.ª Mesa Redonda da Federação das Associações Comerciais, organizadas em colaboração técnica com este Departamento. Anexamos a tradução do relatório e as recomendações citadas. As medidas previstas deverão ser classificadas segundo o tempo necessário para que produzam efeito.

1. 3 Deficiência de armazenagem. O relatório Klein & Sacks recomenda a construção imediata de uma rede de armazéns de madeira, com material e trabalho obtidos no local. A perda de colheitas, avaliada em 25 a 40%, que seria evitada este ano, pagaria a construção de 4.900 desses armazéns.

Esses armazéns seriam posteriormente, isto é, 10 anos depois, substituídos por silos metálicos. A solução do problema de armazenagem facilitaria muito o funcionamento dos meios de transporte disponíveis, pois permitiria o escoamento mais regular dos gêneros alimentícios no decurso do ano.

1. 4 Quanto à causa 1. 4 (tributos), seria necessária uma reforma tributária, abrangendo os âmbitos federais, estaduais e municipais, empreendimento que demanda tempo.

1. 5 A causa 1.5 seria combatida, em princípio, com a assistência creditícia direta ao produtor, mas falta-lhe, na maioria dos casos, base física para o crédito, por inexistência de silos que conservem, adequadamente, a mercadoria que serviria de suporte ao empréstimo.

Assim, a solução do problema da armazenagem ajudaria a resolver não só o problema do crédito, mas também o dos juros a serem pagos pelo produtor.

1. 6 Causa que não pode ser combatida.

O combate às causas de 1.1 a 1.5 exige naturalmente uma estreita coordenação entre os vários ministérios e autarquias, cujas atividades com elas se relacionam, como o Ministério do Trabalho (salário), Ministério da Fazenda (despesas, investimentos e crédito), Ministério da Viação (transportes), Ministério da Agricultura (armazenagem).

A eliminação da causa 1.4 depende de um acordo geral entre os governos federal, estaduais e municipais. É medida de longo alcance e de efeito demorado.

As medidas para combater as causas 1.3 e 1.5 precisam ser coordenadas, dada a relação estreita que há entre crédito e armazenagem, e entre crédito e fomento à indústria de preparação de alimentos.

Das medidas de combate às causas 1.1 a 1.5 (Relatório de Klein & Sacks, Recomendações da IX Mesa Redonda), as de efeito mais imediato são as administrativas ou emergenciais de transportes (efeitos dentro de semanas ou meses) e as emergenciais de armazenagem (efeitos de seis meses a um ano).

2. MEDIDAS DE COMBATE AS CAUSAS LIGADAS À MANIPULAÇÃO DE MERCADO.

Se for possível evitar a ação altista de oligopsonias e oligopolios, monopsonias e monopolios atacadistas existentes, haveria considerável baixa de preços, pelo menos de certos gêneros alimentícios. O relatório Klein & Sacks acha que, se houvesse um regime de livre competição e não o controle desses "pools" e cartéis, a redução de preços, no varejo de vários alimentos, iria a 10, 20 ou mesmo 30%. O mal erro até hoje cometido pela COFAP e pela Delegacia de Economia Popular é ter concentrado todos os seus esforços de combate, de fiscalização ou de repressão, contra o varejista, quando este, financeiramente fraco, está subordinado, quando compra, ao controle dos "pools" e cartéis atacadistas.

Os oligopólios e oligopsonias e os monopolios e monopsonias atacadistas adicionais à elevação de preços, gerada pelas causas 1.1 e 1.6, uma alta suplementar, anômala, do ponto de vista dos efeitos naturais da lei da oferta e da procura.

Não subestimamos os poderes dessas organizações, dados os seus entrelaçamentos nos setores políticos, econômicos e administrativos, possivelmente na própria COFAP. Todas as soluções para romper monopolios ou oligopólios atacadistas teriam de se encaixar numa das alternativas abaixo mencionadas ou numa combinação delas:

1) Incentivo à competição no setor atacadista, a fim de fazer funcionar, naturalmente, a lei da oferta e da procura;

2) — Formação de estoques por parte do Estado, que lançaria os gêneros no mercado, quando fosse necessário combater abusos altistas dos atacadistas.

3) — O Estado seria o único atacadista de gêneros alimentícios, continuando livre o varejo.

Optamos pela alternativa n.º 1, mas admitimos a intervenção dos três

gãos de abastecimento no setor atacadista, para vender ao varejo, ao invés de atuarem diretamente no varejo, como fazem atualmente.

Não temos nenhuma ilusão quanto ao poder e à ganância dos "pools" e cartéis, que tudo farão para sabotar totalmente a iniciativa. Basta que essas organizações deixem de transportar os estoques de gêneros que possuem no interior, para criarem as mais graves dificuldades políticas e sociais ao Governo nos grandes centros consumidores. Alinhavamos as sugestões de medidas para a efetivação da alternativa 1:

1 — Cortar o crédito para estocagem especulativa. Procurar reduzir através do Banco do Brasil e mesmo de outros Bancos, a força financeira desses grupos, a fim de que vendam com mais rapidez os seus estoques, para fazerem com mais rapidez os seus estoques, para fazerem o dinheiro necessário às suas operações.

2 — Dar facilidades, inclusive de crédito, a organizações de varejo que desejam adquirir diretamente dos produtores de gêneros alimentícios ou de fontes em que estes gêneros sejam mais baratos.

3 — Interferir por todos os meios que legalmente sejam possíveis, nos feiras, a fim de impedir o controle dos varejistas por meia dúzia de atacadistas ou de políticos.

4 — Formação de mercados livres de emergência, nos quais os produtores ofereçam gêneros alimentícios aos varejistas em geral:

a) — prestigiar esses mercados, facilidades de serviços (bônus, etc.);
b) — facilidade de barreiras, com a cobrança de tributos posterior à venda do produto.

5 — Incentivo ao comparecimento de atacadistas municipais e regionais aos grandes mercados consumidores suprimindo-se assim um ou mais intermediários.

6 — Aluguel de transportes governamentais para gêneros alimentícios exclusivamente a produtos que forneçam diretamente a varejistas ou a organizações de varejo que rompam o mono ou oligopolio atacadista?

7 — Coordenar todos os órgãos de abastecimento existentes, inclusive o SAPS, no sentido de comprar dos produtores e entregar os gêneros alimentícios aos varejistas, de acordo com um programa flexível, mínimo, abrangendo a distribuição de poucos produtos, como arroz, feijão, farinha de mandioca, banana, carne e milho, indispensáveis à alimentação popular.

8 — Alugar a varejistas as barracas do SAPS e da COFAP, desde que se comprometam a vender os seus produtos mencionados a certos preços mínimos.

9 — Considerar as possibilidades de importação ou de ameaça de importação para combater a especulação da banana (luta contra o oligopolio dos frigoríficos).

10 — Alterar o atual sistema de fiscalização dirigido contra o varejista, de acordo com as seguintes sugestões.

a) estabelecer uma trégua de todos os tipos de fiscalização atualmente dirigidos contra o varejo, exceto a de Saúde Pública.

b) Controlar a movimentação das mercadorias para os grandes centros consumidores, e levantar, pelo menos semanalmente, os estoques, principalmente os que estão em poder das organizações atacadistas.

c) Identificação completa dos "pools", cartéis atacadistas e dos seus participantes (serviço secreto):

d) fiscalização contábil das firmas ou organizações atacadistas responsáveis por esta cartelização, com o

fim de verificar, com exatidão, seus preços de compra de venda e os seus lucros, e apurar se estes estão dentro das margens estabelecidas.

11) mesa redonda com os varejistas.

12) posteriormente, realizar se conveniente, mesa redonda com os atacadistas:

as.) — Reginaldo Sant'Anna, Diretor Geral Interno do D.N. I.C.

MTIC — 104.227-55.

1. No requerimento n. 10-55, do Senado Federal, o Senhor Senador Atílio Vivacqua requer sejam prestadas pelo Ministério do Trabalho, no que lhe competir, as seguintes informações:

a) quais os estudos feitos pelo Governo Federal sobre o Plano Klein & Sacks;

b) quais as recomendações e providências adotadas com referência ao mesmo Plano;

Requer, outrossim, a juntada de cópias e publicações, em inteiro teor, do relatório e respectivos anexos da Comissão norte-americana.

2. Formado o processo foi encaminhado ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio para os devidos fins, tendo o Sr. Diretor Geral, interno, se pronunciado às fls. 4, e, juntado, por cópia o "Esquema de colaboração técnica com a COFAP".

3. Sucede, que em virtude da sugestão de fls. 12, do Assistente Técnico, Sr. Léo Alberto Ramos Cruz, vejo o processo às minhas mãos para que o informe, visto como, exerce a representação deste Ministério junto a Comissão do Desenvolvimento Industrial.

4. Cumpre-me esclarecer nesta oportunidade que a CDI foi criada pelo Decreto n. 29.806, de 25 de julho de 1951, é presidida pelo Sr. Ministro da Fazenda, tendo a sua constituição estabelecida no artigo 3.º daquele diploma legal. Entendo, data venia, que me falta qualidade para me pronunciar em nome da CDI, eis porque sugiro seja o processo encaminhado ao Ministério da Fazenda.

Em, 10 de maio de 1955 — F. de Paula Watson.

— Do Tribunal de Contas solicitando a remessa dos processos referentes ao Projeto de Decreto Legislativo número 107-52.

Atenda-se à solicitação.

1 — Comunicações de posse de autoridades:

— do Governador do Estado de Goiás, Sr. José Ludovico de Almeida;

— do Consultor Geral da República, Sr. Ivo d'Aquino;

— do Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Sr. José Francisco de Melo Cavalcanti;

— do Secretário do Trabalho Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, Sr. Carlos Castilho Cabral;

— do Secretário do Governo do Estado, Sr. J. J. Nascimento Junqueira;

— do Presidente da COFAP, Senhor Américo Pacheco de Carvalho;

— dos Prefeitos Municipais de:

D. Pedro (Maranhão);

Itabaiana (Sergipe);

Panatis (R. G. Norte);

São Mateus (Espírito Santo);

Itaocara, Niterói (Rio de Janeiro);

São Paulo (São Paulo);

Espumoso (R. G. Sul);

Guaporé e Guaramá (R. G. Sul);

Alto Rio Doce, Bías Fortes, Campolândia, Carmo do Paranaíba, Carvalhos, Jeceaba, Lassance, Malacheta, Monte Sião, Pirapora, São João Evangelista, Sete Lagoas (Minas Gerais);

Alto Garças, Cuiabá, Itiquira, Ponta Porã (Mato Grosso);

Anápolis (Goiás).

2 — Comunicações de instalação:

— das Assembléias Legislativas dos Estados do Amazonas, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso;

— das Câmaras Municipais de:

Santarém (Pará);

Alto Parnaíba (Maranhão);

Itaocara, Petrópolis e Terezópolis (Rio de Janeiro);

Atibaia, Capivari, Ribeirão Preto, São Paulo (Capital);

São Sebastião, (São Paulo);

Brusque (Santa Catarina);

Marcelino Ramos (R. G. Sul);

Abadia dos Dourados, Bías Fortes, Capela Nova, (Minas Gerais);

Cuiabá (Mato Grosso);

Goiânia, Itapuranga (Goiás).

3 — Prestação de contas da aplicação da quota do imposto de renda pelas Prefeituras Municipais de:

Altamira (Pará); Jalcós e Picos (Piauí); Jurucutú (R. G. Norte);

Itaocara (Rio de Janeiro); Herval (R. G. Sul); Alpinópolis, Carvalhos, Guarani; Guarará, Guidoal, Monte Carmelo, Novo Cruzeiro, Oliveira, Prados, Sacramento, Silvianópolis, Tiradentes (Minas Gerais).

COMPARECEM MAIS OS SRS.: SENADORES

Vivaldo Lima. — Arêa Leão. —

Fernandes Távora. — Reginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. —

Ruy Carneiro. — Jarbas Maranhão. —

Rui Palmeira. — Lourival Fontes. —

Paulo Abreu. — Sílvio Curvo. —

João Villasboas.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORE SENADORES

Alvaro Adolpho. — Sebastião Archer. —

Victorino Freire. — Parsifal Barroso. — Atílio Vivacqua. —

Bernardes Filho. — Othon Müller. —

Moisés Lupion.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, primeiro orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, venho mais uma vez à tribuna do Senado para cumprir com meu dever de plantador de cana pernambucana.

Falando sobre o problema da produção açucareira do meu Estado, problema primordial para a economia da minha terra e para a tranquilidade e o progresso da minha gente, Sr. Presidente, não é demais se repitam alguns conceitos, muito embora já bem conhecidos de todos os brasileiros, sobre a maneira como se situa a produção do açúcar nordestino.

Nos fatos da História do Brasil, dos tempos coloniais até certa parte do Segundo Império, deveu nossa terra à produção do açúcar a base de sua economia. Criou o parque açucareiro do Nordeste uma civilização, de que tratam os cronistas mais autorizados, e ofereceu ao Brasil uma equipe magnífica de homens públicos, de homens cultos, patriotas, de homens que foram buscar ensinamentos no Velho Mundo, não para o serviço de sua classe, ou para seu próprio renome, mas para o bem da nacionalidade.

Quem passar uma vista sobre aquele magnífico trabalho de Oliveira Vianna — "População Meridional do Brasil" — há-de nele encontrar o papel preponderante dos plantadores de cana do Nordeste, que o brilhante sociólogo focaliza com mão de mestre, revelando-os à Nação como se apresentaram.

Se chegarmos até Joaquim Nabuco, veremos o que Oliveira Vianna diz dos velhos senhores de engenho de minha terra, que leram o sangue, o sacrifício, e mesmo a Vida, não pelos seus próprios interesses, mas pelos grandes ideais do Brasil.

Sr. Presidente, descendendo dessa velha legião de plantadores de cana, seguindo-lhes no massapê do meu Estado a mesma profissão e os mesmos designios, é com certo orgulho que

tenho tratado, desta tribuna, dos problemas que de perto se ligam à produção açucareira de minha terra; e gosto sempre de repetir que Pernambuco não vive plantando cana nem por ser retrógrada, tão-pouco por amor à monocultura.

Quem quer que estude as condições climáticas de meu Estado, verá que na chamada "zona da mata" — ou seja a zona húmida de Pernambuco, que representa apenas a sétima parte da extensão territorial de meu Estado — a cana de açúcar é plantada, não por tradição, mas por imposições ecológicas, porque, até hoje, as estações de experimentação e os agricultores inteligentes e bem avisados, não nos puderam ainda entregar uma cultura substitutiva da de cana de açúcar, com o mesmo rendimento econômico por hectares, resistindo como tem resistido a cana de açúcar às chuvas intespestivas, que arrazam todas as outras culturas, ou àquelas estiagens tremendas que tudo devastam, dizimando até rebanhos.

Só a cana de açúcar, Sr. Presidente, até hoje se apresenta em condições de plena resistência a essas instâncias climáticas de que Pernambuco é sempre vítima.

O Sr. Apolônio Sales — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Apolônio Sales — V. Excia. está dizendo ao Senado com alto conhecimento e grande experiência, verdades que merecem repetidas. Pernambuco, é bem certo, não é monocultor da cana, de vez que na sua lavoura se aplicam apenas pouco mais de centena e meia de milhares de hectares de terra, enquanto a área total de produção agrícola vai a muito mais de um milhão de hectares.

O SR. NOVAES FILHO — Muito agradeço o valioso depoimento de V. Excia., sem favor brilhante autoridade técnica da economia nacional.

O Sr. Apolônio Sales — Obrigado a V. Excia.

O SR. NOVAES FILHO — Sr. Presidente, referindo-me ao problema açucareiro do meu Estado, desejo fixar, perante o Senado, dois pontos, por demonstrar que o Brasil inteiro não nos faz favor, cumpre, sim, obrigação indeclinável ajudando-nos, assistindo-nos na defesa dessa velha fonte da produção nacional. Primeiro, pelo motivo histórico a que me referi há pouco. Até hoje, as economias reunidas oriundas da cultura da cana do Nordeste, têm sido economias abençoadas. Elas, mais que outras, serviram às grandes campanhas em prol dos grandes ideais que o Brasil tem defendido. Foi com a economia do açúcar do Nordeste que se pôde conquistar e alcançar a vitória com o grande movimento da restauração, sem o que o Brasil teria o que hoje tem, esse esplêndido atestado de unidade nacional.

Sr. Presidente, há outro aspecto dos dias hodiernos, em virtude do qual — estou certo — todos meus eminentes pares darão sua simpatia e sua solidariedade à defesa desse velha produção nordestina. É que os recursos obtidos através da cultura da cana, no Nordeste, e em particular em Pernambuco. Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, não se destinam somente ao bem estar e ao progresso de meus coestaduanos, ao contrário, através da produção açucareira oferece Pernambuco, ao Brasil inteiro, mercado consumidor dos maiores e melhores de todos os quadros nacionais. Citarei apenas um artigo de grande consumo na minha terra, por demonstrar que através da economia açucareira Pernambuco colabora eficientemente na economia de diferentes unidades da Federação. Importa, anualmente, apenas de carne — anualmente — cerca de quatrocentos milhões de cruzeiros que se distribuem entre os centros produtores de Goiás, Mato-Grosso, Minas-Gerais e Rio

Grande do Sul. Consome, por ano, perto de duzentas mil cabeças de gado, que adquire nos Estados da Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Piauí, equivalendo, às cotações atuais, a cerca de um bilhão de cruzeiros.

Verifica-se, assim, Sr. Presidente, que o açúcar pernambucano se expande e invade várias regiões do País. Pernambuco é um grande mercado consumidor aberto a outras importantes fontes produtoras; nele, no meu Estado, tem a gloriosa terra bandeirante apreciável escoadouro de suas mercadorias, tanto que nossa balança comercial, em relação a São Paulo, é sempre deficitária.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tambores) — Peço ao Nobre Senador Novaes Filho, me permita interromper seu discurso, para fazer comunicação à Casa.

Acaba de chegar-me a notícia de que faleceu o grande brasileiro, Deputado Arthur Bernardes. Esse eminente homem público que dirigiu a Nação com patriotismo invulgar e foi dos que melhor encarnaram o regime presidencial, em nosso País, deixa, na política brasileira, vácuo que dificilmente será preenchido.

O Presidente Arthur Bernardes somava todas as qualidades da gente mineira pela sua serenidade equilibrada, austeridade e preocupação constante de servir, nobremente, os interesses nacionais. Ainda na última fase de sua vida soube somar as aspirações nacionalistas do povo brasileiro. Era um verdadeiro símbolo para o qual os brasileiros se voltavam, nesta hora, na certeza de que refletia legítimos anseios da nacionalidade.

Transmitindo ao Senado a dolorosa notícia, que nos deixa, a todos, sob a impressão de que o mundo político do Brasil se diminuiu, não tenho dúvida de que a casa traduzindo o pensamento da Nação, há-de render a S. Excia. as homenagens a que tem direito pelos serviços que lhe prestou e pelo patriotismo e compreensão dos seus grandes problemas. (Pausa).

Vai ser lido um requerimento enviado à Mesa.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 108, de 1955

Requeremos que, em homenagem à memória do Dr. Arthur da Silva Bernardes, eminente brasileiro que ocupou no país os mais altos postos, inclusive a Presidência da República, e que acaba de falecer no exercício do mandato de Deputado Federal, seja encerrada a presente sessão, sendo enviadas condolências à família, à Câmara dos Deputados, ao Governo de Minas e ao Partido a que pertencia, outrossim, a nomeação de uma Comissão de sete membros para acompanhar os funerais.

Sala das sessões, em 3 de março de 1955. — Apolônio Sales — Ezequias da Rocha — Júlio Leite — Gilberto Marinho — César Vergueiro — Lúcio Bittencourt — Filinto Muller — Lino de Mattos — Paulo Fernandes — Carlos Lindenberg — Freitas Cavalcanti — Alô Guimarães — Armando Câmara — João Arruda — Ardemiro de Figueiredo — Daniel Krieger — Coimbra Bueno — Mathias Olympio — João Villasboas — Guilherme Malaguias — Leônidas Mello — Cunha Mello — Arêa Leão — Lourival Fontes — Benedito Valadares — Gomes de Oliveira — Manoel Barata — Sá Tinoco — Caiado de Castro — Prisco dos Santos — Mourão Vieira — Saulo Ramos — Novaes Filho — Lima Teixeira — Ary Vianna — Domingos Velasco — Pedro Ludovico.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Sales.

O SR. APOLÔNIO SALES:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, tomado da mais pro-

funda emoção, desejo justificar, perante o Senado, o requerimento que acabamos de formular, no sentido de se levantar a presente sessão, em homenagem ao ex-Presidente Arthur Bernardes.

Nenhum brasileiro, neste momento, ao ter conhecimento da morte do Sr. Arthur da Silva Bernardes, estará indiferente. Nenhum brasileiro, repito, deixará de lamentar o desaparecimento de um homem a que todos consideram dos mais altos valores de cidadania e de patriotismo na História moderna do Brasil.

O ex-Presidente Arthur Bernardes figura na paisagem política nacional como expressão de caráter e de autoridade que há de ficar nas páginas da História como exemplo a ser apontado à mocidade e como modelo de que uma nação só se pode orgulhar e envaldecer.

Tendo ocupado todos os postos políticos, dos mais modestos aos mais elevados, trouxe sempre consigo uma marca, uma característica que ninguém lhe poderá jamais arrebatar ou esquecer.

Era o homem da lei, o homem da autoridade, o homem do prestígio do cargo, o homem que não cuidava de si, em frente das ameaças e dos perigos quando se tratava do cumprimento da lei, porque, só admitia e compreendia a atuação do homem público, dentro dos ditames inflexíveis da Constituição votada pelo povo, na liberdade do regime democrático que amava e estremejava.

Sr. Presidente, o Deputado Arthur Bernardes não tem apenas, como credenciais à gratidão do povo brasileiro, que ora o pranteia, sua admirável retidão moral e a riqueza de predicados que todos reconhecemos. Tem, igualmente, reais serviços materiais prestados à Nação. Quer no exercício da Suprema Magistratura, no Governo de Minas Gerais, no Senado e na Câmara Federal, ou em outros postos, sempre zelou para que as aspirações da Pátria que idolatrava, fossem atendidas pelo seu concurso pessoal, autoridade moral, prestígio e bondade de homem público, que não guardava ódios e apenas cultivava espírito de harmonia construtiva e criadora.

Sr. Presidente, toda a Nação certamente estará, nesta hora, sacudida por uma surpresa das mais dolorosas. Já avançado em anos, o Sr. Arthur Bernardes conservava na sua alma de patriota a eterna juventude — aquela juventude que se mede pela eternidade da Pátria. Considerava-se um soldado a serviços dos interesses do País, um solícito propugnador pelos supremos anseios da Nação.

Frisou bem V. Excia., Sr. Presidente, que o ilustre extinto se colocou recentemente, dentro das lides nacionalistas, como o que empunhava, mais alto, a bandeira destráldada.

Tamanha era a autoridade moral do homem que se findou, que jamais alguém teve a coragem, sequer, de supor que a bandeira nacionalista por S. Excia. empunhada tivesse outra significação que não o de extremo amor à pátria. À qual servia, com o maior desinteresse pessoal e a mais vigorosa centelha de idealismo.

O Sr. Arthur Bernardes era antes de tudo, um cidadão brasileiro. Encarnava, no seu espírito de mineiro, fiel às suas origens, a grandeza de um coração brasileiro. Não olhava regiões nem recantos dessa terra imensa a que se dedicava, a não ser colocando o pendão auri-verde acima das bandeiras queridas dos Estados.

Foi, sem dúvida, o guardião da legalidade e um exemplo para os brasileiros. Nós, políticos mais novos, quando procurávamos na História moderna quem nos indicasse os caminhos da retidão e do dever, víamos sempre a avançar-se, aquele cidadão incógnito, aquele homem de convicções e coragem cívica, aquele herói dentro das dificuldades da vida política brasileira. E esse herói, Sr. Presidente,

estava, — quem sabe se por um designio da Providência — colocado nas alturas de Minas Gerais, como para servir de modelo ao Brasil inteiro, alçado no coração geográfico do Brasil para ser visto de todos os recantos da Pátria!...

Lamento o infausto acontecimento. Sr. Presidente, e, com a emoção mais profunda de minha alma, declaro que o Partido Social Democrático está aqui, de joelhos, perante Deus, a pedir recompense aquela grande vida dando-lhe na eternidade, aquilo que merece pelos imensos benefícios que espalhou pela Pátria brasileira. (Muito bem).

O SR. LÚCIO BITTENCOURT:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meu nome e no do Partido Trabalhista Brasileiro venho manifestar nosso apoio ao requerimento para que se levante a sessão e o faço, devo declarar, com a mais viva e a mais funda emoção.

Era eu, nesta Capital, aluno do Colégio Pedro II e me lembro bem de que, em certa oportunidade, quando o Sr. Arthur Bernardes deixava o Palácio do Catete, de regresso à Minas Gerais, foi apupado por um grupo de rapazes. Um destes moços era o orador que vos fala neste instante.

Como me arrependo, Sr. Presidente!

Como me arrependo, repito, de ter, naquele instante de minha meninice, erguido a minha voz contra esse eminente brasileiro, contra esse grande vulto da História Pátria que foi Arthur Bernardes!

Depois, acompanhando-lhe a vida, olhando-lhe o trabalho, vendo-lhe o esforço em defesa das riquezas naturais da nossa terra, analisando-lhe a obra é que, mais tarde, Sr. Presidente, pude compreender a grandeza ciclópica, gigantesca, deste vulto imenso que cobre neste instante, com a sombra da sua morte, todo o vasto território da nossa Pátria.

Para nós, Sr. Presidente, do Partido Trabalhista Brasileiro que lutamos intransigentemente pela tese nacionalista, pela defesa das riquezas naturais do Brasil, esta morte é irreparável.

Ainda, há poucos dias — recordando-me bem de palavras aqui proferidas — o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti afirmava que Arthur Bernardes era o maior nacionalista vivo. E era, Sr. Presidente!

Arthur Bernardes era o nosso comandante, estava à frente de todos os "tupiniquins", esses "tupiniquins" injuriados e, por vezes, vilipendiados mas que acendiam no coração a chama viva e escaldante do amor à Pátria, ao nosso Brasil.

Sr. Presidente, quero apenas lembrar três casos em que a atuação do grande brasileiro foi, realmente, decisiva no terreno nacionalista.

Em primeiro lugar temos o caso da Itabira, que, há poucos dias, foi discutido no Senado; em segundo lugar recordo o da Hileia Amazônica, em que a bravura de Arthur Bernardes quando ninguém havia percebido ainda o grande perigo que aquilo representava para o Brasil, levantou a questão e se empenhou vivamente conseguindo que o Projeto não fosse adiante.

Quanto ao caso da Petrobrás, estava eu em minha casa, recebera na véspera o projeto vindo do Senado e que me havia sido distribuído na Comissão Especial de que fazia parte quando o telefone bateu. Nesse instante encontrava-me ao lado dos meus filhos. Era Arthur Bernardes que me dizia: "Lúcio você vai sair?" Preciso falar com você".

Meia hora depois, Sr. Presidente, sai da Tijuca e vai a Copacabana. Entra por minha casa a dentro e me dirige um apelo no sentido da rejei-

ção de certa emenda oferecida pelo Senado que lhe parecia contrária aos interesses nacionais. Disse-lhe: "Presidente, esteja tranquilo, meu ponto de vista é o seu".

Vi, nesse momento, toda uma aura de alegria no seu semblante. Ao sair, apertou a mão de meus filhos. FIVE, então, ensejo de dizer-lhes: "Vocês estão apertando as mãos de um ex-Presidente da República mas que, muito mais do que um Presidente, é um grande brasileiro!"

Sr. Presidente, lamento que a emoção que me invade neste instante, a surpresa que nos colheu, não permita que eu faça a análise, o estudo que a vida do grande mineiro exige e reclama.

Desejo pôr em relevo aspecto que se me afigura dos mais interessantes. Nesta hora em que vemos o Poder Civil da República claudicando; nesta hora em que saímos de uma crise imensa na qual o Poder Civil da República foi golpeado pelas costas, podemos afirmar que esse homem representou, durante seu quatriênio na Presidência da República, a defesa da autoridade moral de um governo.

Arthur Bernardes não pode deixar de ser lembrado com todas estas homenagens. Foi, sem dúvida alguma, aquele estadista que, na Presidência da República, soube fazer respeitar, em todos os sentidos, o Poder Civil sobre o qual repousam todas as instituições democráticas.

Se assim o fazia era porque, antes de tudo, havia em Arthur Bernardes aquela autoridade moral que lhe dava a absoluta probidade no trato da coisa pública, aquela total autoridade moral que fazia todos dele se acercarem quase reverentes.

Tive ensejo, em certa ocasião da política mineira, de observar que não só seus correligionários, como também os membros de outros Partidos se aproximavam de S. Ex.ª quase com humildade, como se estivessem falando — e realmente estavam — a um vulto de grande magnitude na política nacional.

Sr. Presidente, outro aspecto é o de que Arthur Bernardes morreu na estacada. Recordo-me que, logo após naver o projeto da Petrobrás saiu da Câmara dos Deputados, Arthur Bernardes manifestou desejos de se afastar da vida pública; mas, depois, algumas emendas, a seu ver contrárias aos interesses nacionais, foram aprovadas pelo Senado. Então quando da discussão do projeto e apresentação do meu relatório à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Bernardes saiu de casa, adoentado, e fez questão de estar presente aos debates, embora não fizesse parte da Comissão.

Este homem, portanto, morreu lutando, morreu na trincheira do Poder Legislativo, morreu ao nosso lado, levando sempre consigo o pavilhão auri-verde, como muito bem salientou o nobre senador Apolônio Sales.

E a nós instante de profundidade, neste instante de luto para a nacionalidade, neste instante em que todo o Brasil chora, sem dúvida, a nós, resta apenas vê-lo como aquela figura lendária do Orlando Furioso. Nós os tupiniquins, nós, os nacionalistas, havemos de recolher seu coração, para caminhar — para a frente, para ir para diante e conduzir o Brasil a todas as vitórias! (Muito bem).

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, a perda irreparável que a Nação sofre, neste momento, com o inesperado desaparecimento do ilustre deputado Arthur Bernardes, por certo se reflete dolorosamente no coração e na alma de todos os brasileiros.

Habitualmente nos a admirar essa personalidade que se eleva no cenário da política brasileira, essa personalidade

de marcante de homem de bem, de dignidade e de honradez.

Não fui dos que sempre estiveram ao lado de S. Ex.^a, aplaudindo-lhe os atos. Comecei minha vida política no combate à pessoa e ao governo de Artur Bernardes Participei das revoluções de 1922 e 1924, mas nem por isso deixei, jamais, de reverenciar sua personalidade, como a de um dos mais lindos brasileiros, amantes da sua Pátria e dignificadores do Brasil.

Na presidência da República, teve S. Ex.^a de enfrentar um quadriênio cheio de dificuldades e de lutas. Procurou manter bem a alta autoridade do Presidente da República. Traçou, assim, norma a servir de orientação aos homens públicos que galgaram essas posições nas quais se devem fazer respeito.

A sua atividade na vida parlamentar nos todos a seguimos, admirando-lhe a orientação sempre no rumo da defesa dos altos interesses do Brasil. Vimo-lo, há pouco tempo, combater de fraude erguida, contra a orientação do Governo Federal, o célebre convênio da Hileia Amazônica; vimo-lo discutindo, com elevação moral e alto interesse de brasilidade, o caso de Itaboraí; e vimo-lo, ainda, na legislação passada, defender com todo o seu amor nacionalista, a lei criadora da Petrobrás.

S. Ex.^a desaparece hoje, mas o seu nome, o seu passado, a trajetória da sua vida política ficarão como um traço luminoso a orientar a mocidade que surge, para formar o Brasil de amanhã.

A UDN, dando o seu apoio o seu voto favorável ao requerimento apresentado à Casa, vem, ao mesmo tempo, pedir sejam transmitidos ao grande Partido Republicano bem como à sua família enlutada as expressões dos sentimentos mais profundos de pesar que partem do coração da União Democrática Nacional. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre senador Domingos Velasco.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, desejo trazer a minha solidariedade às homenagens que o Senado está prestando ao Presidente Arthur Bernardes.

De início, desejo interpretar os sentimentos dos senadores militares que participaram dos movimentos de cinco de julho e de vinte e dois e vinte e quatro. Srs. Filinto Müller, Maynard Gomes e Magalhães Barata para, nesta hora, dizer que nós, em nossa juventude, quando pegamos em armas naqueles movimentos, não víamos a pessoa do Presidente da República, mas a um estado de coisas que exigia ou impelia a mocidade militar a participar ativamente na vida pública. No sentido de darmos aquilo que Assis Brasil resumiu em duas palavras: Representação e Justiça.

Deseja, também, Sr. Presidente, falar em nome do Partido Socialista Brasileiro.

Ainda há poucos dias, quando a Câmara dos Deputados cuidou de eleger seu Presidente, os três Deputados que formam a bancada socialista, naquela Casa, votaram no nome de S. Ex.^a e fizeram declaração de voto justificando a atitude de independência que aquele Partido assumia em face da disputa que ali se processava.

Não tenho em mãos tal declaração, mas, em espírito, o Partido Socialista Brasileiro, tão parco em elogios a personalidades, colocava o Sr. Arthur Bernardes numa posição em que, dentro da Câmara dos Deputados, não tinha competidores, pela sua alta dignidade pessoal, pela sua vocação nacionalista e pela soma enorme de serviços prestados à Nação. Assim,

as homenagens do Partido Socialista Brasileiro ao grande morto de hoje se justificam, pelas idéias que S. Ex.^a encarnava nos últimos anos de vida.

Sr. Presidente, V. Ex.^a, ao anunciar tão infausta notícia, declarou que o mundo político brasileiro se achava diminuído. Realmente, dos políticos modernos, foi Arthur Bernardes talvez, o mais discutido e combatido, mas também, homem que tinha vocação política, quer dizer, era parte integrante do que o Brasil tem de melhor. Justamente ao tombar para sempre um homem que dedicou toda sua vida à causa pública, é que devemos exaltá-lo.

Político é aquele que dá de si mesmo alguma coisa em benefício do bem comum. Nada pior para um País, nada mais degradante para um homem do que se confessar apolítico. Admito homens apartidários, porque não encontrem nos partidos aquilo que melhor represente suas próprias idéias; mas apolíticos, não.

O Ex-Presidente Arthur Bernardes foi essencialmente, um político. E com homens assim que uma Nação se constrói e progride. Sem políticos, não há País que possa progredir moral, espiritual e materialmente.

Rendo, nesta hora, ao político que foi Arthur Bernardes, minhas melhores homenagens, e tenho certeza de que será para todos os homens mais um exemplo a ser seguido, de dedicação ao bem público.

Sr. Presidente, ainda uma palavra em nome dos nacionalistas, a quem pouco se referiu o nobre Senador Lúcio Bittencourt.

Estou certo de que, em todos os recantos do País onde haja um nacionalista, seu coração, neste momento, estará sangrando, porque, na verdade, perdemos o político que, na sua serenidade, bravura pessoal e fé irreversível nos destinos de nossa Pátria melhor interpretava o nosso pensamento. (Muito bem; muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valadares.

O SR. BENEDITO VALADARES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nós, mineiros, sentimos-nos profundamente sensibilizados com a homenagem que o Senado está prestando ao nosso ilustre coestaduano, ex-presidente Artur Bernardes, a qual nos associamos de coração.

Minas Gerais sempre cultuou seus homens públicos, mantendo a hierarquia do mérito e dos serviços prestados à Pátria.

E o Presidente Artur Bernardes estava no primeiro lugar. Franco nas suas atitudes, leal nos seus propósitos, foi um líder incansável da Pátria, até o último dia de sua existência. (Muito bem; muito bem!).

O SR. LINO DE MATTOS:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, sofre a nação brasileira um impacto emocional dos mais intensos e, por isso mesmo, dos mais justificáveis.

Desaparece, com Artur Bernardes, expressão humana, social e política, das mais marcantes na vida de nossa Pátria.

O Partido Social Progressista, por meu intermédio, deseja fique consignado nos Anais do Senado o seu pesar pelo infausto acontecimento e a sua solidariedade com o Partido Republicano, na sua dor; com o Estado de Minas Gerais, na perda irreparável; e com o Brasil, no luto que cobre a todos nós.

Velho líder, Artur Bernardes constitui, como bem disse o Senador Domingos Velasco, exemplo dignificante, que deve e precisa ser imitado.

Porque, no passado, em nossa juventude, daqueles que se enfileiraram

contra o então Presidente da República Artur Bernardes. Batiam-nos por um ideal; não lutávamos contra o patricio, o brasileiro ilustre.

Passaram-se os anos e, hoje, nós, que fomos seus antagonistas, estamos na mesma trincheira, lutando pelos mesmos ideais nacionalistas, por uma pátria melhor, maior e mais poderosa; batendo-nos, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, por um outro 7 de setembro, pelo 7 de setembro da nossa libertação econômica e financeira!

E, portanto, com grande tristeza que a bancada do Partido Social Progressista deixa aqui a sua palavra de dor. Estou certo de que, a esta altura, em face de tão doloroso acontecimento, interpreto também o sentimento dos homens de São Paulo, da família paulista, que muito aprendeu com os exemplos dignificantes de Artur Bernardes.

O Sr. César Vergueiro — São Paulo sempre esteve ao lado do ex-presidente Artur Bernardes.

O SR. LINO DE MATOS — Diz, com muito acerto, o nobre colega de representação estadual, Senador César Vergueiro, que São Paulo esteve sempre ao lado de Artur Bernardes.

Desejo, entretanto, Sr. Presidente, evocar em rápidas e saudosas palavras, que Artur Bernardes, antes de ser Presidente da República, antes de iniciar suas atividades políticas, foi em São Paulo, professor. Começou modestamente como professor ajudante de estabelecimento de ensino passando depois a professor vigilante e, mais tarde, a um dos diretores do estabelecimento de ensino secundário que se transformou no ginásio oficial do Estado.

São Paulo tem razão em sentir saudades e render homenagem justa àquela que, no passado, foi um dos batalhões da educação da sua gente, mais tarde Presidente da República do Brasil e, posteriormente, político atuante, sempre ativo, deixando para todos nós, para esta geração e as vindouras, exemplos que devem e precisam ser seguidos.

Caiu, Sr. Presidente, atingido pela morte, pelo destino inevitável e inexorável, um gigante, que lutava pela grandeza e prosperidade da pátria comum. (Muito bem; muito bem!).

O SR. NOVAIS FILHO (Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, como era natural, recebi o Senado da República, com a maior surpresa e a mais profunda desolação, a notícia que V. Ex.^a nos deu, do desaparecimento, no dia de hoje, dessa grande figura do cenário político do Brasil, que é, sem favor o ex-presidente Artur Bernardes.

Em dias que já vão distantes, eu me incorporei ao grupo de jovens pernambucanos que seguiram a bandeira trepidante, desfraldada por Nilo Peçanha.

Depois, bem jovem ainda, vindo ao Rio de Janeiro, através da Imprensa e dos comentários, eu bem podia sentir aquela imensa responsabilidade que pesava sobre os ombros do grande homem público de Minas Gerais.

Numa hora de grandes prevenções e obstáculos, que se sucediam na trajetória da sua vida pública Artur Bernardes soube sempre enfrentar com uma altivez, a que a justiça manda rendamos as nossas homenagens, com uma coragem extraordinária, sobretudo com a grande decisão das suas inspirações patrióticas, todas as dificuldades, para defender, como defendeu, o princípio de autoridade.

Não convém, Sr. Presidente, nesta altura dos acontecimentos, volvermos aqueles dias para indagarmos dos seus erros e dos seus acertos. Mais tarde, vim a criar a convicção de que, mesmo errado, Artur Bernardes o fazia convicto de defender um acerto.

Em todos os seus atos, em todas as suas atitudes, inspirava-se no me-

lhor sentimento do seu coração de brasileiro, achando ele que, procedendo como procedia, estava a defender princípios e, sobretudo, azelar pelos princípios de autoridade.

O Brasil e o desdobramento dos acontecimentos da política nacional vieram, posteriormente demonstrar aqueles que, como eu, na mocidade o haviam combatido, que os atos do seu governo, que tanto pareciam atos de um reacionário, não tinham esse sentido. Talvez fossem impressões e erros daquela hora, porque tempos depois eu via passar pelas Águas do Atlântico, na velha cidade do Recife, esse mesmo Arthur Bernardes, em demanda da Europa, numa viagem forçada, como castigo a tudo que dera pela defesa das franquias democráticas no Brasil.

Sr. Presidente, eu, que o Senado bem sabe, sou homem cujo coração nunca se deixou tocar pelo pessimismo mas que sinto também dúvidas e apreensões no meu espírito de brasileiro, mais ainda deploro, nesta hora, o desaparecimento do grande líder e condutor político e que o Brasil, perca no conserto das opiniões dos seus homens públicos, a voz autorizada do eminente brasileiro.

Nesta hora, a sua voz haveria de ser, com certeza, a voz do bom senso, a voz do conselho patriótico, a voz da serenidade e, sobretudo, e além de tudo, a voz de uma grande experiência.

Volvo, neste instante, o meu pensamento de pernambucano para a gloriosa Minas Gerais, levando do povo de minha terra ao povo montanhês os mais sinceros sentimentos de pesar pela perda do seu grande líder. E, muito em particular, em nome do Partido Libertador e no meu próprio, estendo essas condolências à bancada de Minas Gerais no Senado da República, da qual faz parte o Sr. Arthur Bernardes Filho, que necessariamente será, no cenário político do País, herdeiro continuador das tradições políticas legadas pelo seu grande pai bem como a essas duas figuras eminentes, que são, senão nenhuma dúvida, o Sr. Benedito Valadares, da mais alta projeção como chefe político brasileiro, e o Sr. Lúcio Bittencourt, brilhante figura de jurista e parlamentar.

sincumbir-me de missão particular. E agora, Sr. Presidente, devo deamente honrosa para mim. Estou certo de que, interpretando-a, presto a Artur Bernardes uma das homenagens mais altas e melhores ao seu espírito de condutor de homens a homenagem dos moços que constituem a Bancada de Imprensa do Senado Federal. Por meu intermédio, eles se associam como porta-vozes da imprensa — a imprensa rebelde, a imprensa que é liberdade, a imprensa que reflete o melhor anseio de funcionamento do sistema democrático em nosso país — ao justo tributo que rendemos à memória do grande morto. (Muito bem!).

O SR. EZECHIAS DA ROCHA (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, como membro da bancada do Partido Republicano nesta Casa, agradeço as homenagens que estão sendo prestadas a memória do nosso grande chefe, o Presidente Artur Bernardes.

Através da palavra dos meus prezados colegas, estou certo de que falou a Nação Brasileira.

A Nação Brasileira acaba, assim de prestar justas homenagens a um dos seus maiores vultos, a um dos homens mais ilustres da República.

Sr. Presidente, está de luto o Partido Republicano; está de luto o Parlamento Brasileiro; está de luto a Nação. Está de luto o Partido Republicano que acaba de perder o seu eminente chefe, figura das maiores no cenário nacional, cujo lugar nos

quadros do nosso partido é impreenchiável. Está de luto o Parlamento Nacional, que perde um dos seus membros mais eminentes, uma das suas vozes mais autorizadas, através a qual tantas vezes ouviu-se a voz do povo, ouviram-se os apelos da Nação, ouviu-se a voz do passado, a voz do presente e a voz do futuro, irmanados numa grande voz, conclamando os brasileiros para a obra da nossa grandeza da nossa independência econômica, da recuperação moral de que tanto necessita o país.

Sr. Presidente, está de luto a Pátria, porque com o desaparecimento do Presidente Arthur Bernardes, perdeu um dos seus maiores filhos, uma das suas figuras mais representativas de que todos nos orgulhamos.

Prestando estas homenagens de nossa bancada, expresso o meu pesar pessoal, o pesar dos meus companheiros do Partido Republicano por esta grande perda, pelo passamento desse insigne varão, que era uma súpula das grandes virtudes do povo e em cujo coração latejavam os mais altos, mais nobres e justos anseios nacionais.

Nada mais tenho que acrescentar, porquanto os eminentes colegas disseram tudo que se poderia dizer, resumidamente, da grande personalidade desaparecida. De sorte que vou terminar, Sr. Presidente, dizendo da nossa tristeza, da saudade da nossa bancada e da solidariedade do Partido Republicano às homenagens que se prestam ao seu preclaro e querido presidente, ao grande Arthur Bernardes, sem favor uma das figuras mais inúmeras e intemeratas da História do Brasil. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores Senadores que aprovam o Requerimento formulado pelo Senador Apolônio Sales e outros, quiseram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

Antes de cumprir a determinação do plenário, permito-me associar a Mesa à solidariedade do Senado na homenagem que presta à memória do grande brasileiro que acaba de desaparecer.

Pode Arthur Bernardes descansar na Eternidade, pois a Pátria jamais lhe esquecerá o nome.

Indico os nobres Senadores Apolônio Sales, Lúcio Bittencourt, João Villasboas, Domingos Velasco, Kerginaldo Cavalcanti, Novais Filho e Ezequias da Rocha para representarem o Senado nas solenidades em honra do eminente brasileiro.

Ao levantar a sessão em homenagem a Arthur Bernardes, designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1955, que modifica a Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sobre a política do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 101, de 1955, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 22-3-1955), dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Economia, Transportes, Comunicações e Obras Públicas, Segurança Nacional e Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1955, que

cria, na justiça do Distrito Federal, o 2.º Tribunal do Júri e a 26.ª Vara Criminal e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º de 1955, do Sr. Lúcio Bittencourt e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 22-3-1955), dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

3 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 1954, que institui homenagem à memória do Governador Agamenon Magalhães, tendo pareceres: I — Sobre o Projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 432, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 433, de 1954, pela rejeição (tendo voto em separado do Sr. Senador Levído Coelho); II — Sobre a emenda de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 95, de 1955, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 96, de 1955, favorável.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 124, de 1953, que concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais ao pescador José Maurílio, tendo pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 143, de 1955; da Comissão de Finanças, sob n.º 144, de 1955.

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 159, de 1954, que concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, tendo pareceres favoráveis: da Comissão de Economia, sob n.º 147, de 1955; da Comissão de Finanças, sob n.º 148, de 1955.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 195, de 1952, que modifica o art. 39 da Lei n.º 187 de 15 de janeiro de 1936 (no tocante à arrecadação do imposto de rendas mercantis devido aos Estados), tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 150, de 1955; da Comissão de Finanças sob n.º 151, de 1955.

7 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 159, de 1955) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 254, de 1952, que fixa a composição da Reserva do Exército.

8 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu parecer n.º 160, de 1955) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Telêmaco Corrêa Pompeu, para a exploração, mediante arrendamento, da usina de preparo de café constituída pelo mesmo Ministério, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

9 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 161, de 1955) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de 1954, que concede franquia postal e telegráfica a correspondência da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, e dá outras providências.

10 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 162, de 1955) do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1954, que dá normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

11 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 163, de 1955) do Projeto de Lei do Senado

n.º 60, de 1954, que dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

12 — Discussão única da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 164, de 1955) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Encerra-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. APOLONIO SALES, NA SESSÃO DE 22 DE MARÇO DE 1955

O SR. APOLONIO SALES:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, antes de começar as considerações, em relação a esse pedido de urgência, desejo fazer mais uma vez, ressalva perante o Senado.

Não falo em nome do honroso cargo que me foi confiado pelo meu Partido; não me expesso como líder do Partido Social Democrático; minha opinião será pessoal a propósito deste Requerimento de urgência.

No Senado, já é assaz conhecida a norma que venho seguindo de me opor às urgências requeridas, quando não tenham a justificar-lhes motivos justos e relevantes.

O Sr. Filinto Müller — Estou, nesse se ponto, de pleno acordo com V. Ex.ª. Aliás, orientei-me nesse sentido em 1947, quando tive a honra de pertencer ao Senado — votar contra urgências, excluídos os casos excepcionais.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

O Senado, Sr. Presidente, já deve estar habituado a essa minha atuação e em obediência a essa norma venho mais uma vez à tribuna pedir a atenção dos meus pares sobre a inconveniência de se votar em regime de urgência o Projeto de Lei n.º 1, de 1955. Ao meu ver, trata-se de proposição da maior significação, da maior relevância. Dispõe sobre modificação na legislação do Petróleo, adotada pelo Brasil; trata de alteração que é bem uma decorrência da resolução do próprio Senado, quando, na feitura da lei inicial do petróleo brasileiro, adotando as possibilidades de sua exploração também pela iniciativa privada. Visa-se, portanto, voltar ao assunto que o Senado não encerrara; voltar-se à matéria nos mesmos termos em que esta Casa aprovava, quando da legislação finalmente aceita pela Câmara, com a rejeição das emendas do Senado.

Sr. Presidente, tenho para mim que se, daquela feita, o Senado, meditando, estudando, examinando longo tempo, chegou à conclusão de que mais convinha ao Brasil que ao lado da política monopolista da Petrobrás se permitisse a cooperação do capital privado, com a aprovação daquele órgão, não há qualquer incoerência em que o próprio Senado reexamine seu estudo e procure reafirmar a sua atitude.

O Sr. Fernandes Távora — Isso é que é razoável, que seria razoável; não vejo inconveniência em se permitir que o capital estrangeiro, através de sociedade nacionais, nos auxilie na extração do petróleo. Os que se opõem à participação do capital aliengena, nessas condições, é porque decididamente não querem petróleo, ou o desejam apenas em gotas daqui a meio ou talvez um século.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª que ilustrará, sem dúvida, a discussão, quando entrarmos no mérito da legislação em vigor.

Sr. Presidente, quando me pronuncio contra a urgência é porque admito

que esta ilustrada assembléia, o Senado, deve ouvir opiniões como a do nobre Senador Fernandes Távora, e de outros, que discordam das providências adotadas, apesar do pensamento, da orientação desta Casa, na legislação passada.

Sr. Presidente, não me parece aconselhável votar-se agora em regime de urgência um projeto de lei como esse. Vivemos momento de franca euforia, de que eu mesmo participo, ao saber da descoberta de mais uma região petrolífera no país, provavelmente das mais ricas e promissoras. Creio, que legislação como essa não deve votar-se em regime de euforia, mas serenamente, como serenamente o Senado se tem orientado nas suas decisões.

Sr. Presidente, acresce, não deve votar-se, em regime de urgência no Senado, projeto de lei como esse, porque estão ausentes os autores da proposição, da qual fui subscritor — Senadores Othon Mäder e Plínio Pompeu. Seria inconveniente deliberarmos assunto de tal porte apenas baseados em pareceres verbais. Votaremos às carreiras projeto que mereceu larga meditação de seus autores, dignos sob todos os títulos.

Discordo ainda da urgência porque, Sr. Presidente, se se perguntasse no momento, à maioria dos Senadores presentes do que consta essa proposição que se vai provavelmente rejeitar, pelo pedido de urgência, através de pareceres verbais, poucos certamente, estariam interessados do alcance da matéria, vinda pela primeira vez ao conhecimento do plenário através do Avulso.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. APOLONIO SALES — Com todo o prazer.

O Sr. Bernardes Filho — Terei ensejo de tratar do assunto, logo deixe V. Ex.ª a tribuna. Não quero deixar, porém, sem resposta este seu argumento. A alegação de o Senado ignorar a matéria — o que aliás, não ignora; o fato de não conhecer em minúcia o projeto, será sanada pela discussão e pelos pareceres verbais. Todo o plenário será suficientemente esclarecido sobre os termos da proposição. No caso, data venia, V. Ex.ª não tem razão.

O SR. APOLONIO SALES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Digo que não me parece que pareceres verbais, dados em regime de urgência, sejam suficientes para a interpretação do pensamento dos eminentes legisladores, como o Senador Othon Mäder e o Sr. Plínio Pompeu, que muito meditaram sobre a matéria do projeto que ofereceram a apreciação de seus pares.

Sr. Presidente, o regime de urgência é adotável, sim, mas quando há urgência para adoção de medida salvadora e não quando há pressa só em se votar um projeto para rejeitá-lo. Se tivéssemos necessidade de admitir uma proposição, como condição essencial por se evitar uma calamidade, evidentemente esse recurso parlamentar poderia ser invocado, mas lançar-se mão de urgência, para estudar o exame de um projeto, não me parece razoável nem à altura do Senado. Não desejo analisar agora o mérito da proposição, apenas o inconveniente da urgência no caso, para a proposição de tamanho significado e magnitude.

Sr. Presidente, desejo ainda fazer uma ressalva: falei em caráter particular e não como líder de Partido. Acredito, entretanto, que minha voz neste momento, revela com a minha sinceridade o desejo de contribuir para que o Senado decida serenamente, mesmo quando se trata de assunto tão ebullente como são as questões do petróleo. (*Muito bem; muito bem. Falou*).

